

Sumário

Prefácio	1
Introdução	7
1. Desconsideração da Personalidade Jurídica	11
1.1. Pessoa Jurídica: conceito e natureza jurídica	11
1.2. Surgimento da teoria da desconsideração da personalidade jurídica	18
1.3. Positivção da teoria da desconsideração no ordenamento pátrio	32
1.4. Desconsideração da Personalidade Jurídica e Responsabilidade Patrimonial	52
1.5. Critérios utilizados para aplicação da Desconsideração da Personalidade: abuso da personalidade, desvio de finalidade e confusão patrimonial.....	60
1.5.1. Abuso da personalidade jurídica.....	64
1.5.2. Desvio de finalidade	68
1.5.3. Confusão Patrimonial	72
2. Desconsideração Inversa	75
2.1. Aspectos gerais da desconsideração em sentido inverso	75
2.2. Desconsideração inversa no Direito de Família.....	87
2.3. Desconsideração inversa no Direito das Sucessões	99

3. Aspectos Processuais da Desconsideração da Personalidade Jurídica	113
3.1. O Modelo Neoliberal e seus Reflexos nas Reformas Processuais.....	113
3.2. A desconsideração da personalidade jurídica no Processo Civil brasileiro anterior ao CPC de 2015	116
3.3. Princípios do Devido Processo Legal, do Contraditório e da Eficiência no Código de Processo Civil de 2015	123
3.4. Desconsideração da personalidade jurídica no novo CPC.....	133
3.5. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica previsto no CPC de 2015	139
3.5.1. Art. 133 – O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.	139
3.5.2. Art. 134 – O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.....	145
3.5.3. Art. 135 – Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias.	147
3.5.4. Art. 136 – Concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por decisão interlocutória.....	153

3.5.5. Art. 137 - Acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente.	160
Considerações Finais.....	165
Referências Bibliográficas	171